

## **4. A QUESTÃO METROPOLITANA**

6 de outubro de 2006

### **COORDENADOR:**

Claudio Salm.

*Diretor de pesquisa do Centro Celso Furtado*

### **EXPOSITORES:**

Ermínia Maricato.

*Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Ex-secretária executiva do Ministério das Cidades.*

### **Metrópoles brasileiras**

Carlos Vainer

*Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional (IPPUR/UFRJ).*

### **“Metrópoles da periferia e periferias das metrópoles”**

Aldaíza Sposatti.

*Professora da PUC-SP*

CLAUDIO SALM. (*Ver Powerpoint à p. 223*) Passo a palavra para a professora Ermínia Maricato, e sugiro entre trinta e cinco, quarenta minutos para cada um.

ERMÍNIA MARICATO. Boa tarde a todos. Queria primeiro dizer ao Elvio Gaspar, que veio à abertura desta mesa, que a política habitacional que a Caixa Econômica está, com muita competência, pondo em prática, foi esboçada em 2000, no Instituto Cidadania, num projeto que se chamou Moradia e que previa a criação do Ministério das Cidades. A idéia era que a questão habitacional é urbana e não só habitacional. E também que o saneamento, o transporte e a política fundiária deveriam acompanhar o financiamento habitacional. Foi um projeto escrito por vários especialistas, convidados pelo atual Presidente da República, e que agora está sendo implementado.

Nosso tema é “Metrópoles brasileiras”. Vamos a ele.\*

Após séculos de um processo de urbanização concentrada na faixa litorânea ou próximo dela, em especial nas regiões sul e sudeste, o Brasil mostra sinais evidentes de mudanças no padrão de urbanização e migração interna rumo ao centro-oeste e norte. Em 1970 o Brasil tinha 5 metrópoles com mais de 1 milhão de habitantes: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife e Salvador. Em 2000 somaram-se a estas, duas metrópoles no centro oeste — Brasília e Goiânia — e duas metrópoles na região norte — Belém e Manaus, além de Porto Alegre, Curitiba e Fortaleza.

A descentralização da indústria a partir do sudeste e a expansão do agronegócio e exploração de minérios e madeira tem propiciado essas mudanças regionais, mas nada que nos autorize a reconhecer a superação da desigualdade regional, que se mantém.

Embora perdendo importância relativa no PIB brasileiro, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) ainda era responsável por 23% da produção industrial do país em 2002 (em 1970 essa relação era igual a 44%). A perda na participação da renda industrial não exclui a RMSP da posição de liderança absoluta no cenário econômico embora com novas funções. Segundo o Banco Central 41% das aplicações do sistema bancário no Brasil se deveram à RMSP, em 2002. A metrópole de São Paulo e, em especial, o município de São Paulo afirmam-se como centro financeiro

---

\*Texto enviado pela palestrante.

nacional na era global. A formação de outras metrópoles próximas à RMSP, a saber a Região Metropolitana da Baixada Santista e a Região Metropolitana de Campinas, faz parte do referido quadro de mudanças econômicas e sociais. Essa megalópole concentra 24 milhões de pessoas, é responsável por 40% da produção industrial do país e 1/3 do PIB. A ocupação do solo caminha rumo à conurbação das 3 RMs, o que está gerando uma mancha urbana de tamanho jamais previsto.

A polarização de população, capitais, conhecimento, equipamentos em alguns pontos do país faz parte da história do Brasil e está ligada à lógica da dependência econômica. Contamos, no início do século XXI, com duas das maiores cidades do mundo cuja população é maior do que muitos países. Mas como foi destacado acima, o território brasileiro e o processo de urbanização passam por mudanças fortemente impulsionadas pelas demandas do capitalismo global, em especial a demanda das chamadas *commodities*.

A partir dos anos 80 o rumo do crescimento urbano apresenta uma outra nova característica: as cidades de porte médio, com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, passam a crescer mais do que as metrópoles, como revela a tabela abaixo. O país continua em um processo acelerado de urbanização, porém as metrópoles não detêm mais as maiores taxas de crescimento urbano.

#### **Taxa de crescimento anual dos municípios por faixa populacional, 1991-2000**

População	Média da Taxa de Crescimento Anual 1991 a 2001
até 20 000 hab.	- 0,07
de 20 000 a 100 000 hab.	0,77
de 100 000 a 500 000 hab.	1,91
acima de 500 000 hab.	1,41

Fonte: Ministério das Cidades, 2005. Dados Base: IBGE, 2000

Apesar da desaceleração da taxa de urbanização das metrópoles, de um modo geral, convém lembrar que suas periferias continuam a crescer aceleradamente enquanto que seus centros históricos apresentam esvaziamento populacional.

O mapa abaixo mostra, portanto, que as características de concentração e centralização de população em algumas metrópoles é muito forte e essa é uma das marcas da sociedade brasileira, bem como dos países da periferia do capitalismo de modo geral.



Segundo o censo demográfico de 2000, em 11 metrópoles (209 municípios) moravam 32% da população do país, ou seja, aproximadamente 55 milhões de pessoas. Nessas metrópoles concentravam-se ainda 82% da população moradora em habitações subnormais (majoritariamente favelas) e 33% do déficit habitacional — ou o equivalente a 2.192.296 unidades. Mais da metade dos moradores de favelas em todo o país moram em apenas duas metrópoles: São Paulo e Rio de Janeiro, o que revela a convivência da riqueza concentrada com a pobreza concentrada.

### **Principais metrópoles brasileiras**

Na segunda metade do século XX as cidades brasileiras, em especial as metrópoles, ganharam aproximadamente 120 milhões de novos habitantes. Alguns dos impactos desse rápido processo de urbanização sobre a sociedade brasileira são positivos. Vários indicadores sociais apresentam uma evolução favorável e muito dessa evolução se deve à integração das pessoas e famílias nas cidades. Os principais exemplos são a queda da mortalidade infantil (que passou da taxa de 150 mortes para cada mil nascidos vivos em 1940 para 29,6 em 2000), o aumento da expectativa de vida (40,7 anos de vida média em 1940 para

70,5 em 2000), a queda da taxa de fertilidade (6,16 filhos por mulher em idade fértil em 1940 para 2,38 em 2000) e o nível de escolaridade (55,9% de analfabetos em 1940 para 13,6% em 2000). Foram notáveis também a ampliação do saneamento e a ampliação da coleta de lixo domiciliar, mas apesar da melhora referida alguns desses indicadores ainda deixam muito a desejar, como revelam os dados sobre o saneamento ambiental: 45 milhões de pessoas em todo o país ainda não têm acesso a água potável, 83 milhões não têm acesso a esgoto e 14 milhões não têm o lixo coletado (IBGE, 2000).

#### Déficit habitacional e moradias em favelas, 2000

<b>Metrópoles</b>	<b>População</b>	<b>Déficit habitacional</b>	<b>% do total do Brasil</b>	<b>Domicílios em favelas</b>	<b>% do total do Brasil</b>
São Paulo	17 878 703	596 232	9,0	416 143	25,2
Rio de Janeiro	10 710 515	390 805	5,9	349 183	21,2
Recife	3 337 565	191 613	2,9	57 723	3,5
Belo Horizonte	4 357 942	155 645	2,3	107 212	6,5
Salvador	3 021 572	144 767	2,2	65 443	4,0
Fortaleza	2 984 689	163 933	2,5	84 609	5,1
RIDE Brasília	2 952 276	146 667	2,2	8246	0,5
Belém	1 795 536	117 004	1,8	130 951	7,9
Porto Alegre	3 718 778	116 010	1,7	53 447	3,2
Manaus	1 405 835	93 952	1,4	39 505	2,4
Curitiba	2 768 394	75 668	1,1	42 854	2,6
<b>Total</b>	<b>54 931 805</b>	<b>2 192 296</b>	<b>32,9%</b>	<b>1 355 316</b>	<b>82,1%</b>

Fonte: Plano de Ação em Habitação, Saneamento e Mobilidade nas Metrôpoles em Risco, Ministério das Cidades/ippur – Observatório da Metrópole, 2004. Dados Base: Fundação João Pinheiro; IBGE, 2000.

A evolução dos indicadores urbanísticos (que tem relação com a ocupação do território) é, por sua vez, bastante negativa: ocupação inadequada do solo, comprometendo áreas ambientalmente sensíveis como beira de córregos, mangues, dunas, várzeas e matas; crescimento exponencial de favelas e das ocupações ilegais de um modo geral; ocorrência freqüente de enchentes devido à impermeabilização exagerada do solo e comprometimento das linhas de drenagem; desmoronamentos com mortes devido à ocupação inadequada de encostas; comprometimento de recursos hídricos e marítimo com esgotos, entre outras.

É nas metrópoles que essas características se acentuam e ainda mais após as duas últimas décadas do século XX, quando o processo de urbanização foi acompanhado da queda do crescimento econômico e até mesmo de recessão.

A economia brasileira cresceu à impressionante taxa de 7% ao ano entre as décadas de 40 e 70 e depois desse período sofreu um declínio muito grande. Durante as décadas de 80 e 90, o país cresceu apenas 1,3% e 2,1% respectivamente, ou seja, não incorporou sequer todos os ingressantes jovens ao mercado de trabalho. O forte crescimento econômico, entre 1940 e 70, amainou os efeitos da má distribuição de renda, uma característica histórica da sociedade brasileira. Nas décadas seguintes, a desaceleração do crescimento econômico foi acompanhada de desemprego e recuo das políticas públicas. O impacto sobre as cidades foi enorme. O novo contexto internacional e as políticas neoliberais chegaram para se implantar sobre uma base social profundamente desigual (os direitos universais do Estado do bem-estar se aplicaram a uma parte restrita da sociedade) e marcada por relações políticas atrasadas (tradição de autoritarismo, clientelismo, patrimonialismo: direitos restritos e privatização da esfera pública).<sup>1</sup>

A chamada globalização implica avanços tecnológicos que revolucionaram (e continuam revolucionando) a relação espaço e tempo, porém representa um recuo com relação às políticas sociais.

Nas cidades de países como o Brasil a desregulamentação e comodificação dos serviços públicos decorrentes das privatizações, a guerra fiscal, o enfraquecimento do papel social do Estado, as políticas de ajuste econômico tiveram um forte impacto sobre um território já parcialmente desregulado pela tradição de informalidade e descontrole como mostra a história do registro de terras no país. Trata-se de um território fortemente segregado por um mercado imobiliário e de terras altamente restrito e especulativo, por investimentos públicos que sempre foram aplicados de forma concentrada e socialmente regressiva.<sup>2</sup>

O baixo crescimento econômico que se segue a 1980 acentuou as mazelas tipicamente urbanas e influiu no aparecimento de novos aspectos muito negativos nas grandes cidades: o desemprego e a violência. Esta era praticamente desconhecida, como um fenômeno generalizado, no universo urbano até o início dos anos 1970.

---

<sup>1</sup> Maricato, E. 1996, 2001.

<sup>2</sup> Villaça, F. 1999 a e 1999b.

### **Favelas, um universo gigantesco e desconhecido**

A magnitude do crescimento de favelas nas metrópoles de todo o país representa um presente preocupante e a possibilidade de um futuro dramático. A população moradora de favelas tem crescido mais do que a população urbana, como mostraram os Censos do IBGE de 1980 e 1991. Nos anos 80, 1,89% da população brasileira morava em favelas. Em 1991 já eram 3,28%. De acordo com esses dados o crescimento foi de 70% em uma década.

Essa tendência está correta mas esses dados são controversos devido à metodologia utilizada pelo IBGE na medição, e devido ainda à dificuldade de classificar corretamente muitos dos núcleos de favelas sem a devida pesquisa nos cadastros fundiários municipais. O fato de não termos dados precisos sobre o assunto já é, em si, muito significativo.

Com bastante certeza podemos dizer que a população moradora em favelas é bem maior do que a medida pelo IBGE. A evidência é fornecida por poucos cadastros municipais atualizados e algumas teses acadêmicas. No município de São Paulo, por exemplo, segundo a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano, a população moradora de favelas representava perto de 1,0% em 1973. Já no final da década seguinte essa proporção era de 8,0%, e, em 2005, passa de 11%. Atualmente, 1 em cada 4 paulistanos mora em favela ou loteamento ilegal.

O resultado de tal processo, que não se restringe a São Paulo, é que parte significativa da população urbana vive nessas condições: 40% da Região Metropolitana do Recife, 33% do município de Salvador, 31% da cidade de Fortaleza, 20% da cidade do Rio de Janeiro, 20% da cidade de Belo Horizonte...<sup>3</sup>

A marca de ilegalidade e a conseqüente ausência de direitos e de total controle sobre o uso e ocupação do solo é que irão determinar em grande parte o estigma que acompanha as áreas ocupadas por favelas. Ela implica uma exclusão ambiental e urbana, isto é, aquelas são áreas mal servidas por infraestrutura e serviços urbanos (água, esgoto, coleta de lixo, drenagem, iluminação pública, varrição, transporte, telefonia etc). Mas a exclusão não se refere apenas ao território, seus moradores são objeto de preconceito e rejeição. Eles têm mais dificuldade de encontrar emprego devido à falta de um endereço formal. Em geral são mais pobres, o número de negros e de mães solteiras é maior do que a média da cidade. O número de moradores por cômodo também é maior,

---

<sup>3</sup> Maricato, 2001.

revelando que é mais alto o congestionamento habitacional. Enfim, “a exclusão é um todo”: territorial, ambiental, econômica, racial, cultural etc. O solo ilegal parece constituir a base para uma vida ilegal, esquecida pelos direitos e benefícios urbanos. Não há lei tampouco para a resolução de conflitos. É nesse vazio de regras jurídica e socialmente definidas que novas regras são arbitradas e novas autoridades se instituem. É ali, também, que os moradores estão mais sujeitos à violência, que é medida em número de homicídios.<sup>4</sup>

Outra consequência grave que decorre desse expressivo crescimento de favelas diz respeito ao meio ambiente. As localizações das favelas se dão mais frequentemente em áreas ambientalmente frágeis: beira de córregos, fundos de vales inundáveis, áreas de mangues, encostas íngremes, áreas de proteção ambiental, entre outras. De fato, há uma aparentemente estranha coincidência entre a localização das favelas e os recursos hídricos, que são, em geral, protegidos por lei. A represa de Guarapiranga, na Região Metropolitana de São Paulo, é responsável pela água potável de 20% da população da cidade e no entanto é a área que apresenta um dos maiores índices de favelas em toda a metrópole.

### **À guisa de conclusão**

A representação ideológica da cidade no Brasil tem insistido na construção de uma imagem hegemônica calcada nos espaços conferidores de distinção e fortemente influenciados por símbolos internacionais. Essa representação acaba por ocultar os mencionados espaços ilegais e segregados. É evidente também que essa representação é um instrumento de poder — dar aparência de “natural” e “geral” a um ponto de vista parcial, que nas cidades está associado aos expedientes de valorização imobiliária. Mas é preciso compreender que a exceção está se tornando regra e a regra exceção. Dar visibilidade à dimensão gigantesca do que está oculto e trabalhar para diminuir a desigualdade é a tarefa mais importante que a arte engajada pode ter nesse momento nas metrópoles do Brasil e de todo o mundo.

### **Bibliografia**

- MARICATO, E. *Brasil, cidades, alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Posfácio*. In Davis, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

---

<sup>4</sup> *Idem, ib.*

Frente Nacional de Prefeitos. O desafio da gestão das regiões metropolitanas em países federativos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento no Brasil. In Deak C. e Schiffer S. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp/Fupam, 1999a.

\_\_\_\_\_. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In Souza, M. A. de e outros. *Metrópole e globalização*. São Paulo: Cedesp, 1999b.

---

CLAUDIO SALM. Agradecemos à professora Ermínia Maricato, que levantou temas que demandariam muito mais tempo. O debate, certamente, vai ajudar. Quero anunciar a presença do presidente do Conselho Consultivo do Centro Celso Furtado, o senador Roberto Saturnino Braga, que veio prestigiar o nosso encontro. Passo a palavra ao Carlos Vainer.

CARLOS VAINER. (*Ver Powerpoint à p. 225*) Depois de preparar um pouco o que ia dizer, fui ao dicionário procurar o que diziam sobre a palavra “metrópole”. Gosto de jogo de palavras e esse logo me veio à mente quando me pediram para falar sobre a questão metropolitana: metrópoles da periferia/periferias das metrópoles. É uma tentativa de lançar dois olhares sobre a metrópole: um por dentro, outro por fora. A primeira indagação é: podemos dizer que as periferias têm metrópole? O dicionário Aurélio diz sobre metrópole: cidade principal de província ou Estado, por extensão, grande cidade, cidade grande; nação, em relação às suas colônias. O Houaiss diz: centro de comércio destacado, empório, ponto de convergência, foco, centro. Como tinha essa aproximação com Estado, fui ver o Robert, dicionário francês, que diz: cidade sede de um arcebispado, onde reside o metropolitano; cidade principal; território de um Estado em relação às suas colônias ou territórios exteriores. Aí está marcada a idéia de que a metrópole é quem comanda. E a etimologia da palavra, que eu não conhecia, não sei se vocês conhecem, está aqui: *metropolis* vem do grego: cidade mãe. Do grego *meter*, que é matriz, útero, ventre, e *polis*, que é cidade. Pensando, então, na estrutura das cidades gregas, metrópole é cidade que gera cidades, é a mãe de outras cidades. As colônias eram as cidades geradas pela cidade metropolitana.

Eu diria que temos dois conceitos de metrópole, dois olhares a serem lançados sobre a metrópole. Uma noção de cidade que comanda um território, de nação que comanda a colônia, ou o arcebispado que comanda as paróquias. E a outra, que também está no dicionário, de “cidade grande”. Tentarei falar das duas, pois o dicionário confirmou meu título: posso olhar para a cidade a partir do território

que ela engloba, ou olhar a partir dela como dimensão. O primeiro exercício é refletir sobre metrópole como cidade que comanda um território.

Vou lançar aqui algumas idéias bem provocativas. Apesar do aumento da população, eu diria que, se olharmos o mapa, assistimos a uma *desmetropolização* do território brasileiro. Em que sentido? A contemporaneidade é marcada, entre outras coisas, pelo que se tem chamado de “reconfiguração escalar”: uma redefinição da relação entre escalas. A modernidade — a entrada no capitalismo moderno, ocorrida nos séculos XIX e XX — configurou o que costumo chamar de escalas *babuska*, nome daquela bonequinha russa. Temos o local, que se inclui no regional, que se inclui no nacional, que se inclui no internacional. Ora, uma das características dominantes da contemporaneidade capitalista é a revolução das relações entre escalas. O geógrafo belga Swyngedouw chama a isso *jumping scales*. Ele fala também de glocalização: hoje temos localidades ligadas diretamente ao global, e não mais, necessariamente, a relação das escalas em que a localidade se liga à capital regional, que por sua vez se liga com a capital nacional. Um morador de Ribeirão Preto pode estar ligado na Bolsa de Chicago sem passar por São Paulo. Uma pessoa como Chico Mendes, que era um líder local, virou uma liderança internacional antes de se tornar uma liderança nacional; ou seja, temos uma transformação das relações entre escalas, uma das características da contemporaneidade.

Isso aparece, entre outras coisas, no apagamento progressivo de uma escala que foi fundamental na construção histórica do capitalismo: a escala nacional. Assistimos a esforços sistemáticos de atores políticos e econômicos no sentido de desconstruir a escala nacional. Isso se expressa, entre outras dimensões, como uma fragmentação progressiva do território nacional. Essa desconstituição é, justamente, por causa das redefinições das relações escalares. Se uma das características da contemporaneidade é a redefinição das relações escalares, isso nos atinge como um processo marcado por transformações internas, e nos atinge num período de democratização, de reconfiguração do Estado brasileiro. Passamos, nos últimos vinte anos, por marcantes reestruturações produtivas, realocações de atividades produtivas, e nos últimos quinze anos, por uma acelerada abertura da nossa economia. Também temos permanências, porque o mundo não é feito só de mudanças. Permanecem em nosso território atividades econômicas mais tradicionais.

Esse processo de transformações econômicas é também um processo de transformações políticas, com a reconfiguração das elites dominantes nas

múltiplas escalas — nacional, regional e local. E essa reconfiguração das relações de escala engendra o que estou chamando de “vetores de fragmentação do território nacional”. Essa fragmentação tem dimensões objetivas, está fundada em processos concretos, passa por projetos políticos de grupos; quer dizer, uma coisa realimenta a outra. Um vetor de fragmentação é o que chamo de “vetor pré-moderno”, ou seja, o fortalecimento de elites locais tradicionais, que se reproduzem através de redes de relações de patronagem e clientela. Nos últimos anos assistimos a uma reativação de um certo familismo na política brasileira. Esse familismo é próximo do mandonismo local.

Em seguida, temos um “vetor moderno”, que são os grandes projetos que a literatura econômica associa à era do fordismo. E temos um vetor que chamo de “pós-moderno”, associado ao pós-fordismo e às novas tendências produtivas e às fragmentações e disputas entre locais.

Uma das coisas paradoxais e curiosas quando olhamos o cenário político brasileiro é ver como, no processo de redemocratização, o que parecia um processo de atualização do Estado e da sociedade brasileira foi acompanhado de um fortalecimento das velhas elites, ou das renovadas elites locais, com suas relações de clientela e patrimonialismo. É algo incômodo de dizer, mas no Brasil os regimes centralistas totalitários, seja o governo Vargas, seja o militar, fragilizaram as oligarquias locais e regionais, e os regimes democráticos permitiram que elas florescessem. Não quero dizer que a democracia está a serviço das velhas elites, mas o formato do Estado brasileiro, a estrutura do nosso sistema eleitoral e de representação acabam dando-lhes um peso político desproporcional ao seu peso econômico e social. Então, nos regimes autoritários tivemos um enfraquecimento dessas elites; e nas democracias, temos um fortalecimento desses grupos através do jogo democrático eleitoral, levado a um extremo que faz com que, muitas vezes, o nosso Congresso mais pareça uma Câmara Federal de Vereadores do que um Congresso Nacional. Na verdade, ali se fazem articulações como as de uma Câmara Municipal, com forte predomínio dos interesses localizados. O que faz com que, mesmo caminhando em direção da democratização e da modernização do Estado, tenhamos uma democratização incompleta. Então, ainda teríamos esse vetor de fragmentação pré-moderno do clientelismo, mesmo se atualizado, *aggiornado*.

O segundo vetor de fragmentação nos vem da era dos grandes projetos, dos grandes pólos que, como sabemos, em muitos casos eram verdadeiros enclaves territoriais. A Vale do Rio Doce produziu enclaves territoriais com seus projetos

mineiro-metalúrgicos. São enclaves em conexão direta com o exterior, articulando interesses localizados e globais, alianças transversais e horizontais. Não deixa de ser curiosa a presença do grupo Sarney, velho grupo tradicional, associado ao controle do setor elétrico brasileiro, o que mostra como são complexas as alianças e vinculações de grupos pré-modernos com grupos modernos.

São projetos que às vezes vinculam segmentos do território à economia global, sem passar pela escala nacional.

O terceiro vetor, que chamo de neo-localismo ou neo-regionalismo competitivo, é mais recente, data da era pós-moderna. São as conexões diretas entre o local e o global, provocando uma dessolidarização territorial nas escalas sub-nacionais. Estamos falando da conhecida guerra fiscal, muitas vezes estimulada pelos agentes multilaterais ou pelas empresas em busca de localização, que se beneficiam com a disputa entre municípios e entre estados: “quem dá mais para que eu me localize aí”? Todos os estudos mostraram que os ganhos líquidos, para o território, são quase nulos; os ganhos líquidos são sempre capturados pelas empresas. Isso tem uma expressão no planejamento urbano, que passa a ser competitivo, de marketing urbano, de cidade que se vende no mercado mundial de cidades.

Diante desses poderosos vetores de fragmentação, a ausência de um projeto nacional não é casual, está fundada em processos reais, o que nos permite perguntar se é ou não possível existirem metrópoles na periferia — metrópole naquele sentido de cidade que tem o comando do seu território. Será que é um paradoxo falarmos de metrópole periférica?

O que estou sugerindo é que estamos diante da perda progressiva do comando sobre o território. É nesse sentido que poderíamos falar de uma desmetropolização do território nacional, que se expressa, entre outras coisas, na dificuldade de constituição de uma verdadeira hegemonia.

Os últimos dois governos, um por oito anos e outro por quatro, expressam o que existe de mais moderno na sociedade paulista: um, a burguesia ilustrada paulista, e o outro, setores da classe média e da classe trabalhadora moderna paulista. Então, como São Paulo é o estado mais avançado e moderno do país, podemos dizer que nos últimos doze anos fomos governados pelo que existe de mais moderno no mais moderno dos estados brasileiros. E, no entanto, a dificuldade de constituir um projeto nacional, um projeto hegemônico em que não se refizessem grupos localizados de interesse, foi extraordinária. Estamos diante desse desafio, e eu estou tentando mostrar como há fundamentos reais que

estruturam a forma de se exercer a dominação e a hegemonia na sociedade brasileira. Estamos desafiados pela desmetropolização do território, entendida como impossibilidade de criar um projeto nacional que reconstitua o comando sobre o território, que não seja entregue a grupos interesses fragmentários.

Olhando agora do outro lado, ou seja, olhando nossas metrópoles como grandes cidades, e não como o comando do território, eu diria que a incompletude da modernização, expressa na fragmentação crescente do território, também se expressa no espaço metropolitano. Temos uma fragmentação crescente dos espaços intrametropolitanos; e aí também temos vetores pré-modernos, modernos e pós-modernos. Como a Ermínia mostrou, a nossa cidade ainda não foi urbanizada, ou seja, não completamos a sua urbanização. Nossa cidade tem uma modernidade truncada que não se completa. Além disso, a cidade que ainda não se completou como cidade moderna foi atravessada, dos anos 50 aos 80, por uma série de projetos de modernização e expansão que formam a parte moderna. E nessas cidades já estamos confrontados com os desafios da pós-modernidade: envelhecimento de áreas, multiplicação de condomínios fechados, guetos, que são características cada vez mais marcantes das cidades pós-modernas, Estou me referindo a processos de expulsão, de purificação étnica ou social de determinadas áreas, a que a Ermínia se refere como processo de “gentrificação”. São esses processos que fazem com que as nossas periferias metropolitanas sejam cada vez mais distantes das nossas cidades, distantes socialmente e fisicamente.

Ou seja, temos metrópoles incompletas. Porque não se constituem em pólos capazes de exercer o controle e o comando sobre o território nacional; e porque não conseguem nem mesmo completar a modernização do espaço urbano. Tentar pensar essas metrópoles nas duas dimensões — na escala nacional e na escala metropolitana — é esse é o nosso desafio.

Quando fomos discutir a constituição do Ministério das Cidades, eu tinha minhas dúvidas. Éramos críticos da experiência ditatorial, quando tivemos um Ministério do Interior que enfeixava uma perspectiva territorial, tentava articular o urbano e o território na sua totalidade. O Ministério das Cidades já foi uma extraordinária conquista. Mas poderíamos ter ido mais longe.

No debate contemporâneo, a reforma política muitas vezes tem sido entendida como reforma eleitoral e partidária. Temos que ser mais audaciosos e colocar no centro do debate a reforma do Estado, a reforma republicana do Estado, que é fundamental para que a chantagem dos grupos localizados e

fragmentários não seja a forma truncada da hegemonia na sociedade brasileira. Enfrentamos não apenas os desafios da pós-modernidade, mas os da modernidade e de uma pré-modernidade que ainda não foi totalmente superada. Ou seja, o bicho é muito feio! Exige um enorme exercício de criação política.

Outra questão é a da escala metropolitana. Metrôpoles não são capazes de comandar o território se não são capazes de controlar o seu próprio território. Estamos diante de duas possibilidades: a) a primeira seria a reconstrução do projeto tecnocrático autoritário da ditadura, que levou à criação das regiões metropolitanas como instrumento de poder autocrático sobre o espaço urbano, o que repudiamos; b) a outra seria pensar a metrópole enquanto totalidade, a ser constituída enquanto unidade política. Na visão autoritária, a metrópole é despoltizada, na visão democrática a metrópole é pensada, por excelência, como espaço e instância política

Em síntese, seria possível afirmar que se queremos pensar a metrópole, nossas metrôpoles, temos que pensar, siultâneament a totalidade do nosso território e a totalidade das cidades metropolitanas. Ora, uma de nossas principais carências hoje reside justamente na fragilidade dos mecanismos, meios e atores políticas capazes de construir este pensamento, desenvolver essa reflexão.

Para concluir, a idéia é essa: como a questão metropolitana pode nos interpelar sobre a totalidade de um projeto nacional, que é necessariamente urbano? Como nos interpela sobre a construção dos sujeitos nacionais e sujeitos coletivos políticos? Temos hoje uma infinidade de atores que se nacionalizaram, há forças emergentes que apontam contra a fragmentação. Estamos numa situação difícil, sim, mas há contra-vetores. Há atores urbanos de um novo tipo, que apontam para a integração das cidades. Aqui no Rio vemos processos de integração de setores da classe média que vão ao baile funk da favela; são processos de integração. O problema é como constituir as alianças políticas capazes de virtualizar esse potencial. Lamento não ter soluções, mas, de qualquer maneira, se fiz boas perguntas, eu me dou por satisfeito. Muito obrigado.

C. SALM. Passo a palavra à professora Sposati.

ALDAÍZA SPOSATI. (*ver power point à p.227*) Acompanho o já dito pelos meus companheiros de mesa. Venho trabalhando há alguns anos com a questão da desigualdade socioterritorial. Portanto, o tema da metropolização vai se colocar, para mim, nessa discussão sobre o enfrentamento das desigualdades. Estamos aqui num Centro cujo patrono é Celso Furtado, portanto devemos entender que a questão metropolitana é parte da questão regional. Não o conceito

de região historicamente construído pelo processo de povoamento e pelas tradições, e sim como um processo de deslocamento e repovoamento. Nessa discussão, ainda não está claro para nós o papel do Estado na questão regional; ou a institucionalidade efetivamente operante diante da questão regional. Como disse a Ermínia, ainda são tíbios os mecanismos para se trabalhar a questão regional. O lócus da gestão regional é esgarçado; sabemos que ela não é uma questão que floresceu na institucionalidade no Brasil. Perversamente, apesar de sermos um país continental, com 5564 municípios — e já se fala em 5567 ou 5596 — nunca entendemos até onde vai essa gestão. A escala intermediária não existe. Quer dizer, se pensamos no nacional, temos 26 estados — mais o Distrito Federal. Portanto, a escala é de 26 unidades para 5564 municípios. Há uma ausência da escala regional como agregadora de questões e de constituição dos sujeitos políticos, para que de fato se tenha uma real proposta de federação.

Tanto ao se discutir metrópole ou como ao se discutir região norte, sul, leste, oeste, o ponto em comum é a frágil institucionalidade. Essa recente eleição voltou a dar ênfase à questão regional, principalmente ao discutir os votos do Nordeste, como se fosse o voto dos pobres, e o voto do Sul, como se fosse o voto dos ricos, dizendo que o Nordeste seria do Lula e o Sul, de Alckmin. Ou seja, mais uma vez se fragmenta o país entre ricos e pobres, sem olhar para o desenvolvimento de várias outras dimensões do próprio Nordeste brasileiro. Continuamos a tratar a questão regional pela influência política, como foi no passado com a política do café-com-leite. Houve mudanças, claro, como a própria redução do poder de Antonio Carlos Magalhães, na Bahia: os grandes chefes começam a ser abalados nesse poder regional histórico, nas antigas e velhas formas do coronelismo.

Creio que também a questão regional está passando por nuances que vale a pena estudar. Vamos pensar, por exemplo, no conflito atual no Rio Grande do Sul: antes, o PT, depois, o PMDB, e agora, de modo surpreendente, surge o PSDB. Começam a surgir novos desenhos, do ponto de vista da relação entre a questão regional e a política. Mas isso não significa que exista uma certa coesão no Sul como um todo. Outra surpresa: é incompreensível imaginar que Santa Catarina tem cinco áreas metropolitanas, além de Florianópolis, e que outras capitais brasileiras não sejam sequer vistas como áreas metropolitanas. Estou misturando esses fatos para demonstrar que o projeto comum que pode existir entre as regiões do país ainda é uma grande interrogação. Ora, enfrentar desigualdade socioeconômica neste país é enfrentar a diversidade regional.

Há pouco Vainer nos dizia que a metrópole é, de certo modo, uma desconstituição em escala nacional. A questão regional é também uma desconstituição da escala nacional. O movimento a fazer é o da reconstituição da escala nacional, incorporando as escalas regionais, do contrário podemos cair na reiteração do olhar da homogeneidade. Estudar a questão nacional sem levar em conta as questões regionais é acabar truncando um processo.

Gostei do que o Vainer nos disse sobre a Câmara Federal de Vereadores, referindo-se à Câmara dos Deputados. Uma coisa que sempre me incomodou em São Paulo é que, embora os representantes políticos sejam, via de regra, eleitos por regiões da cidade, são vistos como de estratos sindicais, corporações etc. Não temos nas câmaras municipais nem na federal espaços institucionais para discutir regiões. Temos espaços setoriais, temáticos. As condições institucionais que dão voto às leis não têm, absolutamente, um recorte de região. O arranjo político é outra coisa. A discussão política é por bancadas regionais, mas o processo de votação das leis não abre espaço institucional para as regiões.

Quanto às áreas metropolitanas, quero dizer o seguinte: sob a ditadura foram criadas nove áreas, em 1973. Depois, com a Constituição Federal de 1988 e as leis estaduais, chegamos a 19 áreas, as capitais e, agora, as intraestaduais. A lei de 1973 falava de um Conselho Deliberativo, de um Conselho Consultivo, de um Plano Diretor integrado metropolitano. Passaram-se os anos e, a rigor, não tivemos nada do ponto de vista desse desenvolvimento.

Nos anos 90, sete capitais incorporaram áreas metropolitanas e, hoje, há até uma distinção, entre a área metropolitana propriamente, a matriz, e depois a área de expansão, incorporando outros municípios. No terceiro milênio, mais duas capitais, João Pessoa e Macapá ganharam áreas metropolitanas, e mais quatro intraestaduais. Lembro que Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins não têm áreas metropolitanas.

Na verdade, a pergunta é esta: para que serve, na gestão do estado, ter uma área metropolitana? O próprio conceito de área metropolitana está reconstruído de *me* formas: intra-estados, e nos próprios estados. Eu queria mostrar nesta tabela, que trabalha a questão regional, a categoria das micro-regiões. Nós temos micro-regiões estabelecidas pelo IBGE, são 554 (*figura 9*). É interessante perceber que as diversas políticas sociais estão definindo ou redefinindo, para sua aplicação, o conceito de região: temos região de saúde, a região de educação, a região de política de assistência social etc. Temos 28 regiões metropolitanas, que somam 439 municípios, colocado aqui o Distrito Federal na Centro-Oeste. É uma

configuração interessante, pois a micro-região é uma escala intermediária entre o Estado e o município. Agora vejamos o *ranking* das regiões metropolitanas (*figura 11*). Essa tabela está muito densa. O que ela mostra é uma classificação da dinâmica do Índice do Desenvolvimento Humano municipal das áreas metropolitanas no período 1991-2000. Vamos ter aqui uma redução, uma “piora”, se posso dizer assim, da dinâmica do IDH de até -12, nesse intervalo de nove anos. Belém capitaneou a regressão no desenvolvimento. Dez capitais estão aqui no desenvolvimento negativo; no ponto zero, Maceió, Recife. Curitiba, Vale do Aço, uma intra-estadual, permaneceram no mesmo ponto. Há uma queda do Índice de Desenvolvimento das regiões metropolitanas, nas capitais principalmente, embora quatro áreas intra-estaduais também tenham tido um desenvolvimento negativo: Baixada Santista, e aí tiveram uma divisão, a Foz do Itajaí metropolitana, como cabeça de metrópole, está negativa, enquanto a Foz do Itajaí como expansão foi positiva. O Vale do Itajaí metropolitano foi negativo, e o Vale do Itajaí expansão foi positivo; a mesma coisa na região carbonífera. O que mostra que quanto mais vai se dando o adensamento populacional, maior é a tendência à precarização. Chama atenção que só Fortaleza e Florianópolis tiveram um desenvolvimento positivo, ainda que baixo.

Analisando o IDH municipal, nesta grande escala do Brasil (*figura 16*) a pior situação é a de Maranhão, Piauí, Alagoas, Sergipe e Paraíba (*figura 17*). Indo para uma nova escala: o estado de São Paulo está com os melhores índices do ponto de vista do desenvolvimento. Voltando para o corte, quando olho o estado de São Paulo, aplicando o mesmo indicador, tenho fortes diferenciações territoriais; e se o aplico à cidade de São Paulo, nesse mapa de inclusão/exclusão, o que vemos são as áreas de maior precarização, de exclusão. Nessa análise classificamos os 13120 setores censitários da cidade de São Paulo, do ponto de vista do índice de privação das famílias — essa escala opera com núcleos de cinco mil pessoas, mil famílias. Ainda há as áreas que nem estão grafadas no mapa e que depois a gente descobre: por exemplo, este Jardim Paraná.

Esses são outros índices (*ver figuras 18 à última*). Para concluir, chamo a atenção de vocês para o seguinte: usamos no país a categoria município como categoria homogênea, quando a grande maioria dos municípios é de pequeno porte. Observando duas áreas metropolitanas, como São Paulo e Guarulhos, temos uma grande heterogeneidade, o que exige, portanto, mecanismos diversificados de gestão. Não dá para exigir de um pequeno município o mesmo que do grande e da metrópole, e não dá também para pensar a gestão de uma

metrópole com os mesmos mecanismos que se tem no pequeno município. Essa heterogeneidade é da própria realidade brasileira, da institucionalidade. Relembrando um pouco a composição dos municípios brasileiros: 90% deles têm até cinqüenta mil habitantes; seguem-se os médios, com até cem mil, e que somam 5%; depois, até 900 mil: 4%; e 0,3% acima de 900 mil habitantes. É grande a disparidade entre contingente populacional e a institucionalidade de municípios, pois hoje 20% da população vivem nesses 90% de municípios, e 20% da população nesses 0,3%. Então, se ali eu tenho 4982 autoridades, aqui eu vou ter quinze, para um contingente populacional similar. Para encerrar, digo que para discutir a questão precisamos rever o pacto federativo do ponto de vista dessas áreas metropolitanas. Muito obrigada.

C. SALM. Vamos abrir o debate.

M. C. TAVARES. Que divisão federativa, regional, espacial, populacional e econômica é esta? É um espanto! Como é possível ter representação democrática nestas condições? Democrática quer dizer o quê? A nossa Baixada é um luxo comparada com a periferia de São Paulo. Lembro-me da dona Lucy Montoro, que sobrevoava as zonas periféricas e dizia: não tem nem como eu recomendar que façam hortas, porque não há nenhum espaço para hortas. Ela gostava muito das hortas, mas andava naquela região e via que não dava para fazer! Não dava para fazer nada, aquilo era a desgraça, porque é tudo terra batida, ou está asfaltado. Acho que ela viu que não tinha jeito. Celso Furtado esclareceu isto: nós nascemos meio condenados a ser subdesenvolvidos. Esse era o nosso papel no sistema capitalista e não conseguimos nos livrar dele. Quer dizer, fizeram uma bruta industrialização para terem controle do território. E aí, perdem os controles; o Estado se endivida e não tem autonomia para negociar com o banqueiro. E por aí vamos. Está tudo no Furtado, admiravelmente: vão-se reproduzindo o subdesenvolvimento e o desenvolvimento ao mesmo tempo. São Paulo é o estado mais desenvolvido, está na ponta, tem não sei quantos helicópteros. E é também essa desgraça que acabam de nos mostrar. Ao longo do século XIX e particularmente nas primeiras décadas do século XX os países ditos desenvolvidos pararam esse inferno. Londres era um inferno em 1950, até que resolveram despoluir, descongestionar. Não pode ter mais de dez milhões, porque fica impraticável. Não tem nenhuma cidade européia com mais de dez milhões de habitantes!

A Cidade do México é o mesmo: é o inferno dentro do inferno. Então, fica muito complicado e aí não sei como se define a nação. Hoje, se quiser pensar nação, não basta pensar o território e sua preservação, sua segurança, suas

fronteiras, etc., como era antes. Em 1950, tinha uma única metrópole, um só município com mais de um milhão de habitantes, que era o Rio de Janeiro. Vocês imaginam que Brasília era para ser aquilo? De jeito nenhum! Não foi planejada? Foi planejada, mas deu em outra coisa. Quer dizer, do ponto de vista político tradicional, de Estado, fronteiras demarcadas, somos ótimos, com o Barão do Rio Branco e tudo. Mas quanto às metrópoles, somos uma desgraça.

E. MARICATO. Uma das questões que colocamos no Ministério das Cidades foi propor que o governo federal financie um Plano Metropolitano. Esse plano seria a construção do pacto político necessário em nível metropolitano. Foi elaborado com as forças metropolitanas, tentando construir essa esfera que, hoje, está completamente fragmentada. Nossos problemas exigem novas normas legais ou apenas uma construção política? Isso, pelo menos, temos que resolver. Não perco as esperanças, porque quando colocamos, em conferências nacionais, a discussão sobre a questão federativa, no início os movimentos sociais não eram a favor; hoje, todos estão discutindo a questão federativa.

C. VAINER. Queria destacar uma coisa que me escapou na primeira apresentação, quando falei da dimensão dos vetores de fragmentação dos grandes projetos. Foi algo que se acentuou com o avanço do neoliberalismo. Se pegarmos o exemplo da Vale do Rio Doce, vemos que desde a sua criação ela sempre foi uma grande agência territorial. A Vale do Rio Doce estrutura território, só que era estatal e hoje é privada. O setor elétrico brasileiro sempre foi um grande estruturador do território, só que é cada vez mais privado. Às dimensões fragmentadoras dos grandes projetos se soma o fato, no momento atual, de que eles são privatizadas. A Aracruz é uma agência territorial privada. Nesse sentido, estamos perdendo comando sobre o território.

A segunda coisa é desfazer o malentendido certamente provocado por mim mesmo. Não acho que a metrópole, a região fragmentam o território. Estamos desafiados a ter estratégias trans-escalares. O poder não está no lugar, nem na região, nem no global; estou convencido de que o poder está na capacidade de ter estratégias multiescalares. A Coca-Cola, que cito como exemplo, terá uma estratégia mundial, uma estratégia para cada continente, uma estratégia para cada país e uma estratégia para cada botequim da esquina, e disputa o território nas múltiplas escalas e articula todas as escalas. O poder é a capacidade de ter estratégias que articulem as escalas; o projeto nacional é multiescalar, necessariamente.

Por fim, acho que há regionalismos fragmentadores, como os que estimulam a guerra fiscal, e há regionalismos integradores. O Conselho Nacional de Seringueiros é uma organização territorial com perspectiva nacional; o MST é um movimento territorializado e nacional. Durante algum tempo, associei a idéia do regionalismo ao velho regionalismo conservador e me dei conta de que emergiram movimentos sociais progressistas que são territorializados e que acionam a dinâmica territorial como elemento de sua constituição. Despertei, então, para a idéia de que há regionalismos progressistas, no sentido de que não rejeitam o nacional, mas o reconstróem. Isto leva ao ponto que interpela a todos: quais são as forças sociais capazes de, realmente, transformar tudo isso num processo político? Quais são os atores políticos coletivos que colocam isso na cena pública?

Há redes transnacionais de movimentos sociais; a Via Campesina é uma articulação internacional. Estão emergindo novos internacionalismos, novos nacionalismos e novos regionalismos. Nesse sentido eu acho que há a possibilidade de encarnar um projeto de reconstrução nacional, que é também local, metropolitano e central.

C. SALM. Muito bem. Vamos ver se juntamos duas ou três perguntas da platéia?

HEITOR. Sou aluno aqui do Centro Celso Furtado, aluno do IPPUR também, e trabalho no Instituto de Terras do estado do Rio de Janeiro. Vocês estão falando da questão que é o meu objeto de trabalho no dia a dia. Por isso, a minha observação é localizada no município do Rio de Janeiro. Temos uns doze processos de ocupação de áreas públicas. Só aqui neste trecho pequeno, que dá para cruzar a pé, e que vai da Praça Mauá até o Aterro do Flamengo, temos seis prédios públicos ocupados. Só numa área da Rede Ferroviária Federal temos quatro mil famílias. É um bairro, não é uma área, é um bairro. O Ministério das Cidades elaborou uma nova diretriz que facilita, mas isso resolve os casos das áreas da Rede Ferroviária. O professor Carlos Lessa estima que temos 20% dos prédios, aqui no centro, abandonados. São prédios federais, dos ministérios que se foram. E ao mesmo tempo vivemos falando de revitalização do centro do Rio de Janeiro. Mas não se consegue articular uma coisa com a outra. Fica o discurso de revitalizar o centro do Rio por meio da habitação, ficam os prédios fechados, fica o povo sem ter onde morar. É essa a questão: como se articula isso?

ANA MAIA. Sou do Departamento de Desenvolvimento Urbano e Regional. Temos a questão fundiária, de legislação, do poder judiciário, mas

também da articulação entre as esferas, que é a questão municipal do uso e ocupação do solo, da revitalização das áreas urbanas. E uma outra pergunta é sobre a dificuldade de equacionar o recorte territorial nos investimentos, como subordinar o setorial ao recorte territorial. Se conseguirmos avançar, os projetos de caráter metropolitano serão necessariamente multi-setoriais. Hoje temos linhas de financiamento especificamente do governo federal, já que os estados e municípios têm sua capacidade de investimento limitada. Aqui no Banco tem uma linha de financiamento já há alguns anos, que é nessa linha do território, do multi-setorial integrado, mas que hoje sofre com a questão do contingenciamento de crédito no setor público. Como podemos incorporar a questão do enfoque territorial nas linhas de financiamento para investimento em infra-estrutura urbana?

C. VAINER. Você tocou numa questão do maior interesse, que é a relação entre capital e responsabilidade pública, setor privado e território. Procurei chamar atenção para o fato de que a perda de comando e de controle sobre o território, entre outras coisas, está associada à privatização de grandes agentes setoriais. A privatização do setor elétrico significa uma perda de poder e controle sobre o território. O rio Tocantins está sendo entregue a empresas privadas estrangeiras; o Xingu provavelmente o será; o oeste da Amazônia está associado ao avanço da soja, à construção do grande projeto que vocês devem conhecer: o das grandes usinas hidrelétricas do rio Madeira. As usinas do rio Madeira mais Belo Monte, temos aí a bagatela de 12 a 15 bilhões de dólares. Esses são projetos, a meu ver, associados a enclaves fragmentadores do território. Se trouxermos essa questão para as cidades, a coisa se repetirá. Há uma internalização setorial e uma privatização do território. Como criar contra-tendências? Esse é o desafio. Acho possível, seja por iniciativas políticas, seja por controle de financiamento. Então, seria necessária uma linha de financiamento para projetos metropolitanos. Você trouxe à baila a questão do contingenciamento. Ora, quem faz o território através de ações públicas é o setor público. Precisamos ter consciência da reconstrução da dimensão territorial no projeto de formulação de políticas de governo e de condições políticas de outros atores. Para isso, a intelectualidade tem um papel fundamental. Se por um lado ela perdeu poder pela emergência de outros atores, por outro lado se acomodou ao discurso dominante, aderiu, e boa parte dela – vou usar uma expressão cara a um sociólogo brasileiro – deixou de ser intelectual para virar *expert*. *Expert* é aquele que produz para a demanda; *expert* é aquele que abdica da sua capacidade de explicitação crítica.

Sobre a questão da apropriação pública, quero chamar a atenção para o seguinte: temos aqui na cidade do Rio de Janeiro a área portuária. E vamos usá-la para quê? Para fazer um novo bairro de gente rica no centro da cidade? O projeto da Prefeitura é de enobrecimento da área portuária. Ou vamos trabalhar na direção de uma cidade mista, fazendo com que diferentes vetores da cidade possam se beneficiar? O momento atual é de negociação da Prefeitura do Rio de Janeiro para se apropriar daquelas áreas para um projeto de aburguesamento, cujo modelo são as Docas de Londres e Puerto Madero em Buenos Aires.

E. MARICATO. Sobre os imóveis vazios queria lembrar que não é por falta de lei. O Estatuto das Cidades, no mundo inteiro, é citado como exemplo, é uma lei avançada. Mas aplicá-lo... é outra história. A Lei 6766, de 1979, veio para ordenar o crescimento urbano. Pois bem, ela ampliou a ilegalidade. O Estatuto das Cidades diz que toda propriedade terá uma função social — isto está na Constituição e ele regulamentou —, todo imóvel considerado subutilizado ou não utilizado. Mas quem define o que é subutilizado ou não utilizado? O Plano Diretor. E depois, lendo direitinho a lei, se percebe que ora ela fala em “imóvel”, ora em “terreno”, ou “terra”. Então, há jurista interpretando que ela não vale para imóveis vazios, só vale para terrenos vazios. Entenderam o truque? E o Estatuto das Cidades, apesar de tão cantado em prosa e verso, até hoje está sendo aplicado, na verdade, por uma única prefeitura no Brasil, a do município de Santo André, que tem uma arquiteta muito competente que influencia o prefeito. Ela enfrentou tudo e já notificou os proprietários que têm fábricas vazias nas áreas de desindustrialização. Foi a única que resolveu pegar o touro à unha e notificar os imóveis vazios. É muito difícil, no nível do poder local, enfrentar proprietário imobiliário. Há o problema da valorização. Mas lei nós temos, dinheiro para financiar nós temos, interesse de uma parte do governo federal — uma parte, porque a outra trabalha contra —, nós temos. Fizemos uma pesquisa sobre desapropriação no nosso laboratório, em 1999. Elas saem muito mais caro do que o preço de mercado. Qualquer governo pode desapropriar e tomar posse, independente de contestação. A contestação é só o preço! Então você desapropria, paga o valor venal, que em geral é uma ninharia, toma posse e constrói, e tudo vira precatório.

C. VAINER. Temos que acabar com essa idéia de que o urbano é o social. O urbano é social, é cultural, é econômico. Aqui neste Brasil tudo que interessar ao povo é jogado no chamado “social”. O urbano é uma questão fundamental de política econômica, de infra-estrutura produtiva, de tudo! Quando me disseram

que o urbano aqui no Banco é uma divisão do Departamento Social, então vamos começar a reforma, porque temos de começar a discutir. O urbano é muito mais complexo. Jogá-lo no social é jogá-lo na esfera das políticas compensatórias, e sabemos qual é o lugar das políticas compensatórias neste país. O urbano é um dos vetores estruturantes da nação. Essa é a luta, que não só os arquitetos urbanistas, mas muitos que militam na área das políticas de planejamento urbano, têm tentado travar. O Ministério das Cidades é um esforço nesse sentido.

C. SALM. Vamos fazer como o Popó: encerrar na glória!